Mercado Municipal Adolpho Lisboa (Arminda Mendonça de Souza)

A evolução de Manaus e o aumento da população nos idos de 1855, concorreram para a criação da "Ribeira dos Comestíveis", sob a egide do 1º. Vice-Presidente da Província, o Bacharel Manoel Gomes Correa de Miranda, que a instalou nas proximidades do local, onde posteriormente foi edificado o primeiro Mercado Municipal. Essa "feira", a "Ribeira dos Comestíveis", que vendia carne verde, pirarucu, mixira, arroz, feijão, farinha, frutas e legumes, foi, posteriormente, autorizada a se transferir para a Praça da Imperatriz, atualmente Praça Osvaldo Cruz, pelo então Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, Barão de Mariuá, através da Lei nº 191 de 25.05.1869.

Alguns anos depois, nova construção foi edificada à margem esquerda do Rio Negro, à Rua dos Barés, antigo Bairro dos Remédios. As obras desse novo Mercado, foram contratadas em 23 de outubro de 1880, mas somente dois anos depois, em agosto de 1882, é que tiveram início, originalmente ocupando uma área de 5.400m2.

A firma construtora Bakus & Brisbin (de Belém), entregou provisoriamente o prédio construído, a 14.07.1883, constando de um pavilhão de ferro, com 45m de comprimento por 42m de largura. Na realidade, o grande edifício de ferro não passava de um simples galpão, em duas águas, sem nenhuma estética conforme comprovam fotos e documentos da época.

Quanto à data de sua inauguração, existem divergências, pois alguns afirmam que ocorreu a 15 de julho de 1883, enquanto outros, ter sido a 15 de agosto, desse mesmo ano, mas certo é que a renda do Mercado foi transferida para O Município, no dia 4 de agosto, donde se conclui que a data mais provável é a primeira.

O grande edifício em ferro, com o "tecto sustentado por 28 colunas desse metal", onde se encontra gravado em seus fustes (peça principal da coluna entre o capítel e a base) o nome de "Francisc Morton, Engineers, Liverpool", nos dão a certeza da sua origem inglesa. O calçamento do pavimento é de laje de cantaria de forma retangular e a rua central é calcetada com paralelepípedos. Fora as duas salas principais, foram construídos 20 stands separados entre si por grades de ferro e guarnecidos de balcões de madeira com o tampo superior em mármore, onde são dispostos os produtos para vendagem. A fachada voltada para o Rio Negro era muito mais elaborada, com a finalidade de impressionar, todos aqueles que chegavam a Manaus pela única via de acesso - o rio, possuindo uma estrada e duas edificações em alvenaria de tijolos.

No decorrer de 1890, face ao crescimento da cidade, o Mercado sofreu ampliação com a construção de dois galpões iguais e abertos, nas laterais, com estrutura de madeira e recobertos com telhas de zinco. Poucos anos depois, 1897, o Mercado Público, não mais dispunha das condições higiênicas necessárias a um estabelecimento dessa natureza e o Sr. Intendente Municipal da Capital, determinou por ordem verbal ao engenheiro municipal interino, Dr. João Carlos Antony, para que fizesse uma perícia naquele estabelecimento e as conclusões apontadas pelo referido engenheiro, foram as seguintes: "achei este edifício em estado lastimoso quer pelo lado de conservação quer pelo lado da hygiene... Ao primitivo edifício foram-se acrescentando sucessivamente construções sem gosto artístico e em completa desarmonia com os comesinios preceitos de hygiene. Às duas alas acrescentadas..., posteriormente, ainda se acrescentaram, outras pequenas e imundas construções destinadas a diversos e disparatados mysteres, tornando-se assim a construção antiga imprópria ao uso que se destinava..."

Para efetuar os trabalhos de reforma, foi contratado o engenheiro Filintho Santoro, que deu início às obras, construindo a fachada da Rua dos Barés em alvenaria de tijolos, no entanto estas melhorias só vieram a ser concluídas pelo empreiteiro Affonso Campora, nos idos de 1906, ou seja, quase no final do

mandato de Adolpho Lisboa. Um ano antes de ser concluída a reforma, 1905, foi o Mercado arrendado para o cidadão Alfredo de Azevedo Alves, tendo este fato sido motivo de ação judicial que se estendeu por mais de duas décadas e graças a isso, foi possível resgatar muito da história sobre a construção desse prédio. Após esses problemas, Alfredo de Azevedo Alves cedeu seus direitos à firma inglesa, "The Manaos Markets and Slaughterhouse Limited" que teria a finalidade exclusiva de fazer cumprir o contrato anterior, ou seja, reforma ou ampliação de acordo com os projetos da Superintendência, além de construírem um Matadouro e realizarem melhoramentos na cidade, em troca receberiam o direito à exploração de Mercado, pelo prazo de 50 anos. Só que o acordo estabelecido não foi cumprido e em 1907, com obras de ampliação não prescritas no acordo com a Superintendência, foi o contrato rompido, tendo esse fato, sido alegado como uma das causa principais.

Além de pesarem suspeitas da participação de elementos da administração pública na referida firma, caracterizando má fé e má destinação do erário público. Nesse mesmo período, foram montados os dois pavilhões de ferro com 360m2 de área útil, afora as projeções dos beirais abertos, encimados por arcos de ferro e recobertos de zinco estampado, sustentados por colunas de ferro, no lado oriental e ocidental do primitivo pavilhão central, onde eram efetivadas as vendas dos já referidos produtos alimentícios. Estas fachadas possuem frontões curvos que acompanham as formas dos arcos da cobertura e ostentam ornatos filigranados, em ferro fundido, com vidros coloridos. Os pavilhões possuem parapeitos de alvenaria em pedra até 1m de altura e sobre estes, sem nenhuma pretensão estética ou mesmo plástica, colunas de ferro, onde é possível ler "Walter Marcfarlane Glasgow" inscrito e que são atestatórios de sua origem escocesa. Outro pavilhão de mesma procedência, porém de componentes arquiteturiais totalmente diversos, fora construído para a venda de tartarugas (comércio hoje extinto), e fechado por chapas de ferro, possuindo venezianas também de ferro e vidro, com a cobertura de chapas onduladas, em quatro águas, desdobradas, formando um pequeno frontão decorado com ferro fundido e vidro colorido.

Além do corpo principal do prédio, existiam dois pequenos pavilhões de planta octogonal, nas extremidades do "Pavilhão das Tartarugas" que se presume, seja também de origem escocesa, apesar de não se encontrar nenhuma inscrição visível, em qualquer das chapas ou mesmo nas colunas de ferro, que confirmem sua procedência, no entanto, a comparação com outros trabalhos dessa firma, publicados em catálogos, levaram os estudiosos a comprovarem a sua origem. O primeiro desses pavilhões era destinado ao Fisco, que se encarregava da cobrança dos tributos sobre os produtos oriundos do interior do Estado. Mais tarde esses dois pavilhões (Pará e Amazonas) transformaram-se em "café e botequim".

Outra peça importante é o velho relógio do frontão da fachada dos Barés, que anteriormente estava localizado na fachada voltada para o Rio Negro, e que continua a regular as atividades do velho mercado.

De modo geral, podemos dizer que a justaposição de construções criou um ecletismo característico da época que, apesar de não se integrarem plasticamente, não seguindo nenhum projeto arquitetônico, não destoam entre si e o mais louvável é que o Mercado Adolpho Lisboa, mantém a finalidade para o qual foi criado, apesar de várias vezes surgirem sugestões para que o mesmo seja transformado em loja de artesanato regional.

A evolução de Manaus e o aumento da população, nos idos de 1855, concorreram para a criação da "Ribeira dos Comestíveis", sob a egide do 1º. Vice-Presidente da Província, o Bacharel Manoel Gomes Correa de Miranda, que a instalou nas proximidades do local, onde posteriormente foi edificado o primeiro Mercado Municipal. Essa "feira", a "Ribeira dos Comestíveis", que vendia carne verde, pirarucu, mixira, arroz, feijão, farinha, frutas e legumes, foi, posteriormente, autorizada a se transferir para a Praça da Imperatriz, atualmente Praça Osvaldo Cruz, pelo então Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, Barão de Mariuá, através da Lei nº 191 de 25.05.1869.

Alguns anos depois, nova construção foi edificada à margem esquerda do Rio Negro, à Rua dos Barés, antigo Bairro dos Remédios. As obras desse novo

Mercado, foram contratadas em 23 de outubro de 1880, mas somente dois anos depois, em agosto de 1882, é que tiveram início, originalmente ocupando uma área de 5.400m2.

A firma construtora Bakus & Brisbin (de Belém), entregou provisoriamente o prédio construído, a 14.07.1883, constando de um pavilhão de ferro, com 45m de comprimento por 42m de largura. Na realidade, o grande edifício de ferro não passava de um simples galpão, em duas águas, sem nenhuma estética conforme comprovam fotos e documentos da época.

Quanto à data de sua inauguração, existem divergências, pois alguns afirmam que ocorreu a 15 de julho de 1883, enquanto que outros, ter sido a 15 de agosto, desse mesmo ano, mas certo é, que a renda do Mercado foi transferida para O Município, no dia 4 de agosto, donde se conclui que a data mais provável é a primeira.

O grande edifício em ferro, com o "tecto sustentado por 28 colunas desse metal", onde se encontra gravado em seus fustes (peça principal da coluna entre o capítel e a base) o nome de "Francisc Morton, Engineers, Liverpool", nos dão a certeza da sua origem inglesa. O calçamento do pavimento é de laje de cantaria de forma retangular e a rua central é calcetada com paralelepípedos. Fora as duas salas principais, foram construídos 20 stands separados entre si por grades de ferro e guarnecidos de balcões de madeira com o tampo superior em mármore, onde são dispostos os produtos para vendagem. A fachada voltada para o Rio Negro era muito mais elaborada, com a finalidade de impressionar, todos aqueles que chegavam a Manaus pela única via de acesso - o rio, possuindo uma estrada e duas edificações em alvenaria de tijolos.

No decorrer de 1890, face ao crescimento da cidade, o Mercado sofreu ampliação com a construção de dois galpões iguais e abertos, nas laterais, com estrutura de madeira e recobertos com telhas de zinco. Poucos anos depois, 1897, o Mercado Público, não mais dispunha das condições higiênicas necessárias a um estabelecimento dessa natureza e o Sr. Intendente Municipal

da Capital, determinou por ordem verbal ao engenheiro municipal interino, Dr. João Carlos Antony, para que fizesse uma perícia naquele estabelecimento e as conclusões apontadas pelo referido engenheiro, são as seguintes: "achei este edifício em estado lastimoso quer pelo lado de conservação quer pelo lado da hygiene... Ao primitivo edifício foram-se acrescentando sucessivamente construções sem gosto artístico e em completa desarmonia com os comesinios preceitos de hygiene. Às duas alas acrescentadas..., posteriormente, ainda se acrescentaram, outras pequenas e imundas construções destinadas a diversos e disparatados mysteres, tornando-se assim a construção antiga imprópria ao uso que se destinava..."

Para efetuar os trabalhos de reforma, foi contratado o engenheiro Filintho Santoro, que deu início às obras, construindo a fachada da Rua dos Barés em alvenaria de tijolos, no entanto estas melhorias só vieram a ser concluídas pelo empreiteiro Affonso Campora, nos idos de 1906, ou seja, quase no final do mandato de Adolpho Lisboa. Um ano antes de ser concluída a reforma, 1905, foi o Mercado arrendado para o cidadão Alfredo de Azevedo Alves, tendo este fato sido motivo de ação judicial que se estendeu por mais de duas décadas e graças a isso, foi possível resgatar muito da história sobre a construção desse prédio. Após esses problemas, Alfredo de Azevedo Alves cedeu seus direitos à firma inglesa, "The Manaos Markets and Slaughterhouse Limited" que teria a finalidade exclusiva de fazer cumprir o contrato anterior, ou seja, reforma ou ampliação de acordo com os projetos da Superintendência, além de construírem um Matadouro e realizarem melhoramentos na cidade, em troca receberiam o direito à exploração de Mercado, pelo prazo de 50 anos. Só que o acordo estabelecido não foi cumprido e em 1907, com obras de ampliação não prescritas no acordo com a Superintendência, foi o contrato rompido, tendo esse fato, sido alegado como uma das causa principais.

Além de pesarem suspeitas da participação de elementos da administração pública na referida firma, caracterizando má fé e má destinação do erário público. Nesse mesmo período, foram montados os dois pavilhões de ferro com 360m2 de área útil, afora as projeções dos beirais abertos, encimados por arcos de ferro e recobertos de zinco estampado, sustentados por colunas de

ferro, no lado oriental e ocidental do primitivo pavilhão central, onde eram efetivadas as vendas dos já referidos produtos alimentícios. Estas fachadas possuem frontões curvos que acompanham as formas dos arcos da cobertura e ostentam ornatos filigranados, em ferro fundido, com vidros coloridos. Os pavilhões possuem parapeitos de alvenaria em pedra até 1m de altura e sobre estes, sem nenhuma pretensão estética ou mesmo plástica, colunas de ferro, onde e possível ler "Walter Marcfarlane Glasgow" inscrito e que são atestatórios de sua origem escocesa. Outro pavilhão de mesma procedência, porém de componentes arquiteturiais totalmente diversos e que fora construído para a venda de tartarugas (comércio hoje extinto), e fechado por chapas de ferro, possuindo venezianas também de ferro e vidro, com a cobertura de chapas onduladas, em quatro águas, desdobradas, formando um pequeno frontão decorado com ferro fundido e vidro colorido.

Além do corpo principal do prédio, existiam dois pequenos pavilhões de planta octogonal, nas extremidades do "Pavilhão das Tartarugas" e que se presume, seja também de origem escocesa, apesar de não se encontrar nenhuma inscrição visível, em qualquer das chapas ou mesmo nas colunas de ferro, que confirmem sua procedência, no entanto, a comparação com outros trabalhos dessa firma, publicados em catálogos, levaram os estudiosos a comprovarem a sua origem. O primeiro desses pavilhões era destinado ao Fisco, que se encarregava da cobrança dos tributos sobre os produtos oriundos do interior do Estado. Mais tarde esses dois pavilhões (Pará e Amazonas) transformaram-se em "café e botequim".

Outra peça importante é o velho relógio do frontão da fachada dos Barés, que anteriormente estava localizado na fachada voltada para o Rio Negro, e que continua a regular as atividades do velho mercado.

De modo geral, podemos dizer que a justaposição de construções criou um ecletismo característico da época que, apesar de não se integrarem plasticamente, não seguindo nenhum projeto arquitetônico, não destoam entre si e o mais louvável é que o Mercado Adolpho Lisboa, mantém a finalidade

para o qual foi criado, apesar de várias vezes surgirem sugestões para que o mesmo seja transformado em loja de artesanato regional.

Fontes:

1. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Firmino. Governador do Estado, pelo Secretário dos Negócios do Interior, 5 de janeiro de 1898, 211 p. Anexos.
2. Relatório do Superintendente Municipal de Manaus, Adolpho Lisboa, 1902-1907, Livraria e Tipografia Universal. p.19 a 26. Do original da CEDEAM.
3. SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura de Ferro no Brasil. Disertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquiterura e Urbanismo de São Paulo. Texto datilografado. p 240 a 254.

Adolpho Lisboa

Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa, veio para Manaus em 1902, convidado a ocupar o cargo de Superintendente Municipal pelo então Governador Silvério José Nery (1902-1904), tendo se mantido no cargo ate 1907. No decorrer de sua gestão, executou inúmeras obras de melhoramentos e benfeitorias na capital amazonense, dentre elas destaca-se a ampliação e recuperação do Mercado.

A equipe do GABINETE DO VICE-GOVERNADOR que atuou na organização e nas escavações é composta de: Bento Brasil, Edson da Silva Paula, Vera Turiel, Jane C. C. Cruz, Judith Guimarães Vieira, Mª Arminda Souza, Veralúcia Ferreira de Souza e Walter C. Rocha (coordenador), sendo Secretário o historiador Robério dos Santos Pereira Braga e Vice-governador o Dr. Paulo Pinto Nery.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura